



Revista FAMECOS: mídia, cultura e
tecnologia

ISSN: 1415-0549

revistadafamecos@pucrs.br

Pontifícia Universidade Católica do Rio
Grande do Sul
Brasil

PREIS MORAES, HELOISA JUNCKLAUS

Inteligência coletiva: o ciberespaço como retrato da sociedade ou uma discussão da ética
da estética

Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia, vol. 18, núm. 2, marzo-agosto, 2011, pp.
542-556

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=495551008013>

- ▶ [Como citar este artigo](#)
- ▶ [Número completo](#)
- ▶ [Mais artigos](#)
- ▶ [Home da revista no Redalyc](#)

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Revista

FAMECOS

mídia, cultura e tecnologia

Multidisciplinariedades

Inteligência coletiva: o ciberespaço como retrato da sociedade ou uma discussão da ética da estética

Collective Intelligence: the cyberspace as society's portrait or a discussion about the ethics of aesthetic

HELOISA JUNCKLAUS PREIS MORAES

Professora no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da UNISUL/SC/BR.
<heloisapreis@hotmail.com>

RESUMO

O presente artigo faz uma análise, a partir do conceito de Inteligência Coletiva de Lévy, do ciberespaço como um retrato da sociedade, discutindo as novas socialidades e vivências mediadas pelas tecnologias. Além disso, agrega uma discussão teórica sobre a essência da técnica e possíveis mudanças de posicionamento ético e moral, aliada, também, à categoria de visibilidade a partir da proposta de Sociedade do Espetáculo de Guy Debord.

PALAVRAS-CHAVES: Ciberespaço; Inteligência Coletiva; Ética.

ABSTRACT

The present article analyses, from Levy's Collective Intelligence concept, the cyberspace as society's portrait, discussing the new new sociabilities and the experiences mediated by technologies. Beyond this, it adds a theoretical discussion about the technique's essence and possible moral and ethical line changes, together with visibility category from the Guy Debord's Society of the Spectacle's proposal.

KEYWORDS: Cyberspace; Collective Intelligence; Ethics.

Enfrestando as formas convencionais de aquisição de conhecimento que, em ambiente escolar, muitas vezes monótonas (dispersando a atenção e desmotivando), o ciberespaço proporciona uma reunião de saberes e imaginações disponíveis¹ num só lugar. Essa conjunção de saberes, criações, imagens, experiências e tudo quanto de interesse, mesmo não criada em ambiente legitimado de saber, cria esse conceito de Inteligência Coletiva, ou seja, uma inteligência (global pela tecnologia) formada pelas várias e múltiplas inteligências (todos que participam e ajudam nesta construção). O conceito de Inteligência Coletiva é um dos três princípios² da cibercultura, de acordo com Pierre Lévy.

Inteligência coletiva como cimento social do saber

Há muito já produzido, mas, com certeza, muito mais a produzir. Claro está que as pessoas participam em diferentes níveis de condições de acesso e motivação do fazer parte. Talvez isso até gere um pouco de medo, ou mesmo negação, uma vez que o crescimento é tão rápido, as tecnologias e oportunidades são sempre renovadas, assustando até mesmo quem tem um pouco mais de “afinidade” com os instrumentos tecnológicos. Possivelmente, à medida que participamos, a crítica diminui, pois sentimos mesmo o adjetivo “coletiva”. Essa sinergia que remete à manutenção de uma memória em comum, de distribuição coordenada e cooperação flexível, está no conceito de Inteligência Coletiva.

É como por o conhecimento em prática, organizá-lo para dele usufruir. Mas não é um conhecimento individualizado; é somado, unido. Durkheim, no esforço de determinar a natureza do vínculo social, falou em *consciência coletiva*, porém como o próprio nome sugere, ficava no plano das representações, mesmo coletivas, dos ideais, valores e sentidos comuns a todos. Era o que dava a condição de unidade em uma

sociedade. Mais do que imaginário, a Inteligência Coletiva proposta por Lévy é um imaginário posto em prática.

Em conversa pessoal com os alunos da Pós-Graduação em Comunicação Social da PUCRS, Lévy (2003), propondo uma Ciência da Inteligência Coletiva, enfatizou que esta é uma maneira de podermos pensar juntos, em uma aprendizagem contínua. Estão presentes todos os tipos de inteligência: a formal (conhecimento), a emocional (valores) e a prática (saber).

Não é simplesmente o crescimento do ciberespaço que determina automaticamente a inteligência coletiva, mas fornece um ambiente propício ao seu desenvolvimento. Nem mesmo Lévy (1999), muitas vezes criticado pelo otimismo excessivo, esquece-se de ressaltar que as redes digitais também podem fazer surgir novas formas de isolamento e sobrecarga cognitiva, dependência, dominação, exploração e de “bobagem coletiva”. Todavia, mesmo assim, há os espaços de participação e criação, de aquisição e demonstração do conhecimento. Isso é, senão, um retrato da sociedade. A inteligência coletiva é o seu lado mais emancipador, democrático, participativo.

Em livro dedicado especificamente ao tema, *A Inteligência Coletiva: por uma antropologia do ciberespaço* (2000), Lévy argumenta o que gerou a união de título e subtítulo da sua obra: a criação do que ele chama de “Espaço do saber” como um “espaço antropológico”. Ele explica (o espaço antropológico): “é um sistema de proximidade (espaço) próprio do mundo humano (antropológico) e, portanto dependente de técnicas, de significações, da linguagem, da cultura, das convenções, das representações e das emoções humanas” (p. 22). Esse espaço, longe do território, é algo mais, pois se estende por toda a humanidade e é formado por vários espaços interdependentes.

Os quatro espaços antropológicos são a Terra, o Território, o Espaço das mercadorias e o Espaço do saber. A Terra caracteriza a freqüência com que os seres humanos

mostram-se em uma velocidade superior aos demais seres animais (linguagem, técnica, cultura). É a formação de uma identidade, o eu humano. Já o Território é a localização, a necessidade de domesticar a Terra (agricultura, escrita, burocracia). O Espaço das mercadorias instala um novo fluxo (mercadorias, matérias-primas, mão-de-obra, informação, energias), cuja velocidade não supera os outros dois espaços, mas suprime-os.

Passado o espaço antropológico das mercadorias, surge o Espaço da inteligência e do saber coletivos. Este não faz desaparecer o espaço anterior (assim como ocorreu com os outros espaços), porém tem vocação para dominá-lo. Mesmo sabendo que a inteligência sempre foi uma característica do homem, aparece neste espaço com três novidades: “velocidade de evolução dos saberes, a massa de pessoas convocadas a aprender e produzir novos conhecimentos e, enfim, ao surgimento de novas ferramentas (as do *ciberespaço*)” (Lévy, 2000, p. 24).

É interessante notar a relação que cada espaço antropológico mantém com o conhecimento. Seus objetos são as próprias figuras de cada espaço. Na Terra, um devir-começo eterno; no Território, a geometria ou a Terra nômade fixada por um céu; no espaço das mercadorias, fluxos, fogos e massas; e, no Espaço do saber, a significação e a liberdade (Lévy, 2000, p. 167-176).

Voltando ao Espaço do saber, a aceleração é uma das características mais comentadas. As coisas mudam e atualizam-se rapidamente. E, ainda, são divulgadas com a mesma rapidez. Quanto à massa, podemos dizer que é impossível, hoje, querer guardar todo o conhecimento só para si e achar que isso basta. O conhecimento está em movimento, cadenciado pelo coletivo humano que o produz. Por esta quantidade de saber disponível é que as ferramentas são importantes. Elas são peças-chave na filtragem das informações pertinentes e tornam a informação navegável, orientando em função dos interesses, competências, enfim, do que se busca.

É nesse sentido que temos que pensar a finalidade das novas ferramentas comunicacionais, em termos sociais: “fornecer aos grupos humanos instrumentos para reunir suas forças mentais a fim de constituir intelectuais ou ‘imaginantes’ coletivos” (Lévy, 2000, p. 25). Não é o caso de substituição nem mesmo do que chamam de “inteligência artificial”, mas de auxiliar tecnicamente a construção e organização da inteligência coletiva que permite o desenvolvimento das potencialidades sociais e cognitivas de cada um, que, por certo, ajudarão a formar o todo. Este é o desafio para quem consegue visualizar apenas uma sociedade do espetáculo ou simulada: organizar o fluxo de conhecimento para um pensar e saber juntos.

Para uma ética da estética

Não devemos e não queremos olhar as questões pertinentes à cibercultura e à inteligência coletiva apenas pelo lado das tecnologias digitais. Não é característica das minhas pesquisas. O que busco é, pois, entender de que maneira essas questões se configuram na relação de socialidade, na cotidianeidade das pessoas: variações nas formas e ritmos de vida (Maffesoli, 2007).

Lévy (2000) apresenta-nos uma pista quando enfatiza que o próprio Espaço do saber, do qual ele defende, é motivador da reinvenção do laço social em torno da aprendizagem recíproca, da imaginação, das competências e das inteligências coletivas. É importante salientar que o autor não encara o termo inteligência apenas pelo viés cognitivo, mas o trabalhar em comum acordo, mesmo com as diferenças (entram aí noções de acordo, entendimento e compreensão).

Como vemos, isso implica uma ética que talvez Maffesoli transcrevesse como ética da estética, à medida que a renovação do laço social pode dar-se através do conhecimento e, especificamente, da inteligência coletiva. Mais do que se filiar ou identificar por razões étnicas ou religiosas (o que no mundo de hoje pode significar uma

enorme desvantagem pelas ações humanas de violência e terror, que desmascaram o desrespeito e o racismo), podemos fazer as ligações simbólicas, imaginárias. Talvez uma civilidade desterritorializada, entretanto amplamente marcada pelas subjetividades e significações.

Esses contatos com as coisas que me remetem a um significado permitem que eu produza conhecimento. Ao por em relação com os outros esse meu conhecimento, damos vida a ele e o fazemos viver. Ao disponibilizarmos uma inteligência coletiva ou um Espaço do saber, nossas identidades passam a ser competências do saber. Assim, o outro é aquele que sabe, e eu também posso saber. E o saber formado é mais do que os nossos saberes individuais, todos têm lugar no Espaço do saber, cada um podendo acrescentar o seu conhecimento, a sua competência, a sua identidade do saber. Aí está caracterizado o princípio ético da valorização do outro, do respeito recíproco, da transmutação das diferenças individuais em saber coletivo, da integração de um processo social dinâmico.

O objetivo da inteligência coletiva não é dar valor, destaque e reconhecimento a alguns grupos, pessoas ou comunidades. Ao contrário, “é uma inteligência distribuída por toda parte, incessantemente valorizada, coordenada em tempo real, que resulta em uma mobilização efetiva das competências” (Lévy, 2000, p. 28). Ninguém sabe tudo, mas todos sabem alguma coisa que pode contribuir para esse saber comum, esse saber coletivo. O ciberespaço estaria configurado como um espaço móvel entre conhecedores e conhecimentos. Significações possíveis que, contextualizadas conforme a busca, adquirem sentido.

Não estamos falando de mera simulação do real o que formaria um hiper-real, como pensa Baudrillard, e, sim, em “mundos virtuais de significações ou sensações partilhadas, a abertura de espaços em que poderão desenvolver-se a inteligência e a imaginação coletivas” (Lévy, 2000, p. 83). Cada um traz a sua cota de participação,

seu conhecimento, sua idéia, sua informação, sua capacidade de aprender e também de ensinar.

Essa arte de suscitar coletivos inteligentes e valorizar a diversidade das qualidades humanas é o que Lévy (2000) chama de engenharia do laço social. Nela, o principal sustentáculo é a moral da hospitalidade, no sentido de reciprocidade, ou seja, o separado, o distante ou o diferente é acolhido pela comunidade, torna-se integrado, sente-se incluído ao coletivo. Não há como participar do chamado laço social, sentindo-se excluído. É cultivar a unidade. É sentir-se anônimo porque igual.

Não há mais caminho único. A transmissão do conhecimento, a educação não pode ser creditada e validada apenas se vies da família ou da escola. Esses dois núcleos é que tem que participar da construção de um conhecimento amplo e legitimar essa interação. Quando as fontes credíveis de informação e conhecimento vem apenas de um ou dois segmentos, podemos correr o risco de ficar atrasados ou desmotivados, pois não possuem, em si, todo o conhecimento disponível. Entregar-se só às críticas não é o melhor caminho. Talvez o ideal seja a integração com outras fontes de saber, numa comunhão progressiva, autônoma. Por isso, todas essas atividades marcantes do laço social devem deixar de agir separadas e unir suas potencialidades e competências. Fazem-se, aí sim, as significações, as produções de sentido e as apropriações que mais próximas forem da sua realidade.

Se já falamos que a inteligência implica uma ética, além da tecnologia, ainda há a política, a estética e a economia. Esta se volta para a economia da informação e do conhecimento que passam a ser os ativos de produção mais importantes. Se antes o valorizado era a mercadoria em sua materialidade, hoje o grande valor está no mundo das idéias, na sua imaterialidade. As empresas não querem apenas mão-de-obra barata, mas capaz de criar, inovar e gerar conhecimento (Zabot; Silva, 2002). A tecnologia já não é mais um diferencial na economia, mas a capacidade de significação, produção

de sentido e apropriação que adquirimos com a sua ajuda. Socialmente, ela estará mais presente e acessível tanto quanto seus preços forem baixando.

Pela política, há também uma transformação. Se, como defende Maffesoli (1997), o ideal de representação não satisfaz mais politicamente as pessoas, a transfiguração é irremediável. A questão maior levantada por Lévy (2000) quanto a esta questão diz respeito ao fato de o conceito de poder tornar-se inconcebível. Devemos, diante da educação para a inteligência coletiva, no intuito de mobilizar, integrar, valorizar e empregar as qualidades humanas, conferir valor ao sentido de potência em detrimento ao poder. Segundo o autor, o poder submete, dilapida, bloqueia, enquanto a potência acumula energia, libera e torna possível. Logo, o problema político não é ter poder, mas aumentar a potência (do povo ou dos grupos).

Quanto à estética, nada mais possível do que o ciberespaço, se este se configura como o lugar de criação, aberto a imagens, cores, sons, linguagens, efeitos, signos. O encanto, o admirável, o atrativo dependem da criação, da imaginação. As ferramentas estão disponíveis. A estética da inteligência coletiva é o templo do possível.

Ainda não temos nenhum sistema de organização específico e regulatório (no sentido de regulamentar, jurídico) que possa avaliar e direcionar novos caminhos para essa inteligência coletiva. Ela ainda se regula por si mesma.

Nesse sentido, Rosnay (1997) defende o homem simbótico que tem como uma das “dez regras de ouro” fazer emergir a inteligência coletiva. Unindo cibernetica e biologia, o autor forma esse tal organismo planetário nominado de cibionte, que vive num mundo aumentado em sua complexidade. A simbiose dos cérebros e redes em espaços interiorizados de comunicação gera uma consciência coletiva.

Espírito do tempo, estamos afetados pelo uso das tecnologias. Servem para esse espaço de criação, mas, em contraponto, a liberdade de produção nos cria

constrangimentos sociais e educacionais à medida que crianças e jovens passam a estar em contato com “marginalidades tecnológicas”, passíveis de questionamentos ético-morais. Sodré (2006, p. 151) levanta essa discussão separando os dois conceitos, sendo a ética uma “teoria do ser que indaga sobre as finalidades da existência humana e sobre os meios de atingi-la” enquanto a moral volta-se aos deveres sociais.

Quando os alunos questionam o lado negativo dos ambientes virtuais, chegando ao ponto de questionar se seria melhor viver sem essa possibilidade, costumo responder que a técnica não pode ser responsabilizada pelo uso, criação (*poiésis*) que dela fazemos. O ciberespaço acaba sendo um retrato fiel da sociedade em que vivemos, com suas riquezas criativas, mas também com suas mazelas. O ambiente virtual é uma ferramenta de que dispomos. A reflexividade crítica deve voltar-se aos valores ético-morais da nossa sociedade. Os jovens pós-modernos já são formados, em termos de conhecimento, linguagem, imaginário e socialidades em função dessa realidade sócio-tecnológica que aí está. E o ciberespaço, amparado pelo conceito de Inteligência Coletiva, pode ser considerado um retrato da sociedade e gerar, sempre, uma discussão da ética da estética.

Diante das possibilidades de criação, o fato marcante está na visibilidade. Mostrar-se aos outros, porque é o olhar do Outro que nos legitima. E o ciberespaço tem se configurado numa vitrine da vida privada. Orkut, MSN, Facebook, Twitter e tantas outras ferramentas estabelecem redes sociais, seguidores em prol da visibilidade ou, quem sabe, melhor ainda, da “famosidade”, mesmo que momentânea. Conceito de “afinidades eletivas” de Maffesoli? Tribalização do mundo? Ou mera contemplação? Discussão pós-moderna, com certeza.

Reflexão essa muito pertinente, especialmente aos pesquisadores de Comunicação Social. Agregada ao conceito de Sociedade do Espetáculo, onde o que importa não é a transparência, mas a visibilidade: a visibilidade de uns serve para fomentar e

manter passivos e ordenados os outros invisíveis/receptores. A transparência era o grande ideal iluminista da modernidade: informar é o ato de tornar transparente. Na lógica do espetáculo, quanto mais visibilidade, menos transparência. A Tese 12 (Debord, 1997, p. 16) é taxativa: “O que aparece é bom, o que é bom aparece” (no espetáculo).

A transparência é a luz que educa, já a visibilidade é a luz que ofusca. Quem trabalha em jornal sabe o quanto é fácil tornar o nada em notícia. Já a Publicidade, torna o nada em sonho de consumo. O espetáculo é a transformação do ordinário em extraordinário (algo banal em mercadoria vendável). Dessa prática, a televisão brasileira está cheia e a Internet, muito mais.

Podemos ligar essa dicotomia entre transparência e visibilidade à Tese 17 (Debord, 1997, p. 18): “A primeira fase da dominação da economia sobre a vida social, no modo de definir toda a realização humana, uma evidente degradação do ser para o ter. A fase atual [...] leva a um deslizamento generalizado do ter para o parecer [...].” Essa evolução degradante do “ser”, para o “ter” e o atual “parecer (ser/ter)” demonstra um grande nicho para os espetáculos midiáticos. É isso que chancela os discursos da mídia. Ninguém é questionado sobre ser ou ter realmente os predicados para se tornar *personas* socialmente reconhecidas e idolatradas. Mas podem parecer ser ou ter: “[...] E basta. Quando não satisfizer mais, outras virão. “Pessoas admiráveis em quem o sistema se personifica [...]”.

A espetacularização se consuma na fragmentação: une partes díspares. O discurso espetacular é desconexo, sem passado, sem consequências, isolado nele mesmo. Muito distante do que prega Morin na sua Teoria da Complexidade.³ Até mesmo o conhecimento, fruto de uma busca individual e constante, é adquirível pronto e acabado. Os valores se inverteram. Cabe aí a reflexão de Fleuerbach (apud Silva, 2003) não consta na bibliografia, “a ilusão é sagrada, a verdade é profana”.

A essência da técnica

Segundo Heidegger (2001), a essência da técnica não é a técnica. A sua essência é aquilo para que ela se dispõe. Para o autor, a técnica não é neutra, pois seja qual for o seu uso, ela nos transforma. De alguma maneira, o homem quer ser sujeito da técnica, mas, também, de alguma maneira é dominado por ela. Uma vez que o sujeito é interpelado, tem que reagir. Logo, ela não é neutra.

O objeto, para Heidegger (2001), passa a ser o que será depois de pronto. Pode-se citar o caso da Internet ela foi criada para fins militar e científico, mas hoje se usa para milhares de fins. Ela mudou as coisas. Mesmo que eu não accesse, um dia eu vou sentir seus efeitos. Junto com a finalidade, está a possibilidade de seu desvio. A sua essência está na mudança, independente de mim. A técnica interpela a natureza e o sujeito. Sempre há um efeito que precisa ser descoberto pelo questionamento. A técnica moderna submete nacionalmente a natureza: provoca, inspeciona, traz para a razão.

A tensão de todo o debate está entre *techiné* e *poiésis*. Para Heidegger, o pensamento é sempre poético, porque criador. Para o Ser tem que continuar havendo o pensamento poético. Se esse desaparecer e houver apenas o pensamento cibernetico (poético somente no sentido tecnológico), estar-se-á no campo da artificialidade que transforma a criação em, apenas, informação. Na supremacia da técnica, a existência (o conjunto de entes) se torna estoque, instrumentalização. Segundo o autor, o modo de ser da técnica é o modo de ser moderno.

Caracterizando a Era Tecnológica atual como a fase de empobrecimento de perspectivas, de fechamento de horizontes, de acentuada miséria do pensamento, com todos reduzidos exclusivamente ao valor, ao caráter tecnicista da vida, portanto, às relações imediatas no plano do ente, segundo Heidegger, apontou diversas vezes que, nessa época, teve lugar um "esquecimento generalizado do ser", de seu sentido e de sua verdade, bem como da essência do homem.

(Marcondes Filho, 1996, p. 24)

Para Simondon (apud Marcondes Filho, 1996, p. 271), a autonomia da máquina é uma forma de poder, desejo de domínio do homem. “As máquinas, em si, não possuem intenção ou humanidade. É o homem que ‘administra’ suas utilidades e finalidades. Mais ainda, é o usuário – e não o seu produtor, o técnico idealizador – que vai orientar os recursos disponíveis da máquina *para atender a seus interesses*” (grifo meu).

Já para Sfez (2000), vive-se numa sociedade tecnológica, permeada pelo tautismo, em que não se pode escolher participar ou não. O autor fala em darwinismo tecnológico, onde o argumento da venda é totalizante. Para ele, é difícil criticar a rede sem usar os seus próprios artifícios: “a rede impõem-se a todos como tecnologia do espírito” (Sfez, 2000, p. 123).

Ética de hoje, ética de sempre

Diante deste contexto de mudanças e finalidades, cabe aqui questionar os valores éticos humanos. Há uma nova ética? Este é um valor que se adapta às mudanças sociais ou as condutas sociais deveriam basear-se nos valores éticos?

Nietzsche (1983) preocupa-se em discutir como se forma um valor e este se torna referência para uma sociedade. Em tempos em que as grandes verdades estão em xeque, há uma desconstrução das grandes certezas e da filosofia da moral. Para pensar estas situações, baseia-se na antítese bom e mau. Na história: “[...] a compensação consiste, pois, no direito de ser cruel. É nesta esfera que tem origem os conceitos morais ‘falta’, ‘consciência’, ‘dever’, ‘santidade do dever’” (p. 58).

As novas tecnologias trouxeram à tona um neopositivismo, um pensamento de que a solução para muitos problemas está na técnica, na tecnologia, esquecendo-se da humanização, da filosofia. Entretanto, a tecnologia está montada em um agente de situação. Para Nietzsche (1983), cabe à filosofia buscar o papel do homem (uma

identidade difusa). Quem é o homem nos dias de hoje? A moral não encontra respaldo num ambiente adverso a ela.

Talvez, o mérito da mídia e das novas tecnologias seja o de abolir o sentimento de culpa. Os atores antes vistos como inadmissíveis (o nosso problema em análise é um deles, mas pode-se citar também a erotização na rede), hoje não mais espantam e nem são repudiados moralmente. Já se tornaram, talvez, aceitáveis. A técnica é um vínculo que se regula pelo uso.

A vanguarda pode estar em redescobrir o valor esquecido. “A reavaliação de valores é equivalente à criação de valores dentro do jogo de forças da vontade de potência” (Lechte, 2002, p. 245). A partir do conceito de vontade de potência (o “mundo” e nada além) de Nietzsche, Lechte abre um questionamento para pensar os valores. Talvez uma abertura para pensá-los de acordo com o próprio mundo, ou seja, a vontade de potência.

É importante definirmos o que se entende por moral e por ética. Pelo menos os conceitos aqui adotados. De acordo com Vázquez (2002, p. 23): “[...] ética é a teoria do comportamento moral dos homens em sociedade”. Para o autor, moral é:

“

Um sistema de normas, princípios e valores, segundo o qual são regulamentadas as relações mútuas entre indivíduos ou entre estes e a comunidade, de tal maneira que estas normas, dotadas de um caráter histórico e social, sejam acatadas livre e conscientemente, por uma convicção íntima, e não de uma maneira mecânica, externa ou impessoal.

(Vásquez, 2002, p. 84)

Sendo assim, podemos perceber que as normas morais seguem as transformações das sociedades que se sucedem no tempo. “Mudam os princípios e as normas morais, a concepção daquilo que é bom e daquilo que é mau, bem como do obrigatório e do não obrigatório” (Vásquez, 2002, p. 53). Mesmo assim, nem todo progresso histórico-social provoca um progresso moral, apenas cria condições, afetando – *de forma positiva ou negativa* – os homens sob o ponto de vista da moral.

As decisões de caráter moral são concebidas individualmente, mesmo que circunscritas num ambiente coletivo e social. Portanto, podem-se ter aí as diferentes posturas e avaliações mesmo quando há uma expectativa moral de determinada atitude. “O ato moral implica, assim, a consciência de um fim e a decisão de realizá-lo” (Vásquez, 2002, p. 77). ●

REFERÊNCIAS

- DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- HEIDEGGER, Martin. *Ensaios e conferências*. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.
- LECHTE, John. *50 pensadores contemporâneos essenciais: do estruturalismo à pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Difel, 2002.
- LEMOS, André. *Cibercultura tecnologia e vida social na cultura contemporânea*. Porto Alegre: Sulina, 2002.
- _____. *Ciber-socialidade*. Tecnologia e vida social na cultura contemporânea. Disponível em: <http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/txt_and3.htm>. Arquivo capturado em: 18 abr. 2001.
- LÉVY, Pierre. *As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.
- _____. *Cibercultura*. São Paulo: Ed. 34, 1999.
- LOPES, Maria Immacolata Vassalo. Pesquisas de recepção e educação para os meios. *Comunicação e Educação*, São Paulo, n. 6, p. 41-46, maio/ago. 1996.
- MAFFESOLI, Michel. *A contemplação do mundo*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1995.
- _____. *A transfiguração do político: a tribalização do mundo*. Porto Alegre: Sulina, 1997.

- MAFFESOLI, Michel. *A tribalização do mundo*. Porto Alegre: Sulina, 1997.
- _____. *O conhecimento comum: compêndio de Sociologia Compreensiva*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- _____. *O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.
- MARCONDES FILHO, Ciro (org.). *Pensar-pulsar: cultura comunicacional, tecnologias, velocidade*. São Paulo: Edições NTC, 1996.
- NIETZSCHE, Frederich. *A genealogia da moral*. 4. ed. Lisboa: Guimarães e Cia., 1983.
- _____. *Para além do bem e do mal*. São Paulo: Martín Claret, 2002.
- ROSNAY, Joel de. *O homem simbiótico*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- SFEZ, Lucien. As tecnologias do espírito. In: MARTINS, Francisco Menezes; SILVA, Juremir Machado da. *Para navegar no século XXI*. Porto Alegre: Edipucrs/Sulina, 2000.
- SILVA, Juremir Machado da. *As tecnologias do imaginário*. Porto Alegre: Sulina, 2003.
- SODRÉ, Muniz. *As estratégias sensíveis: afeto, mídia e política*. Petrópolis: Vozes, 2006.
- VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. *Ética*. 23. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

NOTAS

¹ Sempre que citarmos a disponibilidade do acesso às tecnologias, estamos nos referindo tão somente à possibilidade de (sem entrar no mérito das condições econômicas de muitos que não permitem o acesso).

² Os outros dois princípios são: a interconexão e a criação de comunidades virtuais.

³ MORIN, Edgar. *O Método*. Porto Alegre: Sulina. v. 1-6.